



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

EDUCAÇÃO INFANTIL: OS DESAFIOS NA PERSPECTIVA DE PROFESSORAS
EM UM MUNICÍPIO DA PARAÍBA

PATRICIA HERMANIA BATISTA DA SILVA

JOÃO PESSOA – PB
2018

PATRICIA HERMANIA BATISTA DA SILVA

**EDUCAÇÃO INFANTIL: OS DESAFIOS NA PERSPECTIVA DE PROFESSORAS
EM UM MUNICÍPIO DA PARAÍBA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba, em cumprimento às exigências para a obtenção do grau de Licenciado em Pedagogia.

Orientadora: Prof^a Dr^a Ana Luisa Nogueira de Amorim

JOÃO PESSOA – PB

2018

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S586e Silva, Patricia Hermania Batista da.

Educação Infantil: desafios na perspectiva de professoras em um município da Paraíba / Patricia Hermania Batista da Silva. - João Pessoa, 2018.
54 f.

Orientação: Ana Luisa Nogueira Amorim.
Monografia (Graduação) - UFPB/CE.

1. Educação Infantil. Desafios. Prática docente. I. Amorim, Ana Luisa Nogueira. II. Título.

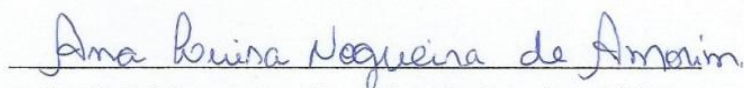
UFPB/BC

PATRICIA HERMANIA BATISTA DA SILVA

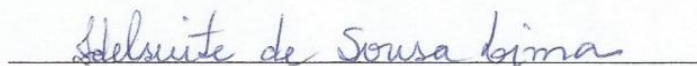
**EDUCAÇÃO INFANTIL: OS DESAFIOS NA PERSPECTIVA DE PROFESSORES
EM UM MUNICÍPIO DA PARAÍBA**

APROVADO EM: 01/11/2018

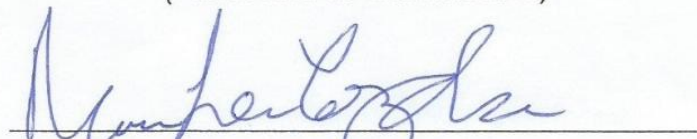
BANCA EXAMINADORA



Profª Drª Ana Luisa Nogueira de Amorim - UFPB
(Orientadora)



Profª Drª Idelsuite de Sousa Lima - UFPB
(Professora do Examinadora)



Profª Drª Maíra Lewtchuk Espindola - UFPB
(Professora Examinadora)

JOÃO PESSOA – PB

2018

Dedico este trabalho primeiramente a Deus que iluminou meu caminho durante esta caminhada. À minha família por acreditar nos meus sonhos. A minha professora e orientadora em tornar possível à conclusão dessa monografia.

AGRADECIMENTOS

Meu primeiro agradecimento é a Deus por permitir a realização desse sonho, pela sua graça e seu amor que foi constante na minha vida todos os dias.

À minha mãe, Odete Maria Batista, por suas orações diárias pedindo sempre a Deus por mim.

Ao meu esposo, Anderson Marinho da Silva, grande incentivador.

Aos meus filhos, Taymes Batista da Silva, Moisés Anderson Marinho da Silva, pela compreensão na ausência.

À minha Sogra Maria do Céu da Silva Marinho, que cuidava de meu filho para que eu pudesse estudar.

À minha professora Dra. Ana Luisa Nogueira Amorim, por seus ensinamentos, sua paciência e seu apoio na orientação dessa monografia.

A todos os professores que contribuíram para a minha formação.

À Maria da Conceição da Rocha Cavalcante, amiga do começo ao fim.

Às minhas colegas de classe, aquelas que mesmo sem tanta proximidade ajudou na dificuldade.

À Leandra Barbosa, pessoa muito querida e iluminada.

À todas as pessoas que me apoiaram, incentivaram e me ajudaram a ser uma pessoa melhor, meu muito obrigada.

Educação não transforma o mundo. Educação
muda às pessoas. Pessoas mudam o mundo.
(Paulo Freire)

RESUMO

A Educação Infantil de hoje é resultado de inúmeros avanços conceituais e normativos ao longo da história sobre como atender às necessidades de crianças pequenas fora do seio familiar. A Educação Infantil integra o trabalho de educar e cuidar considerando contextos sociais, familiares e culturais em que uma criança está inserida, possibilita interações e práticas com os mais variados conhecimentos, objetivando o seu desenvolvimento. Nesse contexto, a atuação profissional nessa etapa educativa é alvo de constantes debates na atualidade, isso porque antes não havia a preocupação de que esses professores tivessem alguma formação específica que lhes dessem condições de desenvolver práticas educativas com qualidade em creches e pré-escolas, a fim de atender às especificidades dessas crianças. Com base nessas compreensões, essa pesquisa está voltada para a professora da educação infantil, identificando os desafios em sua prática pedagógica. Tem como objetivo analisar os principais desafios relatados por professoras da Educação Infantil de uma creche pública em um município da Paraíba. Adota como procedimento metodológico a pesquisa de campo de abordagem qualitativa e exploratória, utilizando um diário de campo, e um questionário como instrumentos de coleta de dados. A análise dos dados foi realizada a partir das informações coletadas durante a pesquisa e depois confrontada sob a luz dos diversos autores que abordam o tema, os resultados indicaram que os principais desafios das professoras, referem-se aos recursos pedagógicos, infraestrutura e acompanhamento pedagógico. Apesar das dificuldades, oferecem o máximo de qualidade possível no trabalho com as crianças na instituição.

Palavras chave: Educação Infantil. Desafios. Prática. Docente.

ABSTRACT

Infant education that we have today is the result of countless conceptual and normative advances throughout history on how to meet the needs of young children outside the family. Early Childhood Education integrates the work of educating and caring considering social, family and cultural contexts in which a child is inserted, enabling interactions and practices with the most varied knowledge, aiming their development. In this context, professional activity in this educational stage is the subject of constant debates in the present time, because before there was the concern that these teachers had some specific training that would enable them to develop educational practices with quality in kindergartens and preschools, to meet the specificities of these children. Based on these understandings, this research is aimed at the child education teacher, identifying the challenges in his pedagogical practice. It aims to analyze the main challenges reported by teachers of Early Childhood Education of a public day care in a municipality of Paraíba. It adopts as a methodological procedure the field research of qualitative and exploratory approach, using a field diary, and a questionnaire as instruments of data collection. The analysis of the data was based on the information collected during the research and then confronted in the light of the various authors that address the theme, where it was possible to observe that the main challenges of the teachers refer to the pedagogical resources, infrastructure and pedagogical accompaniment. Despite the difficulties, they offer the maximum possible quality in working with children in the institution.

Keywords: Early Childhood Education. Challenges. Teaching Practice.

LISTA DE SIGLAS

BNCC - Base Nacional Comum Curricular

CEB- Câmara de Educação Básica

CNE - Conselho Nacional de Educação

DCNEI – Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil

ECA - Estatuto da Criança e Adolescente

LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

PPP - Projeto Político Pedagógico

PNE - Plano Nacional de Educação

RCNEI – Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL: os primeiros movimentos até os dias atuais	12
3. PROFESSORAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL: práticas no cotidiano	19
4. METODOLOGIA DA PESQUISA.....	25
5. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS DA PESQUISA	27
5.1 CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA.....	27
5.2 O PERFIL DAS PROFESSORAS	28
5.3 ANÁLISE DAS QUESTÕES.....	28
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	39
REFERÊNCIAS	41
ANEXO - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	44
APÊNDICE A - ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO DA SALA.....	45
APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO DE CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO.....	47
APÊNDICE C - QUESTIONÁRIO DOS PROFESSORES	50

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho aborda a temática da Educação Infantil e os desafios enfrentados pelos docentes para o trabalho nesta etapa educativa. O objetivo geral é analisar os principais desafios relatados por professoras da Educação Infantil de uma creche pública em um município da Paraíba.

A escolha da Educação Infantil como área de pesquisa se deu por uma afinidade pessoal. Partindo desse interesse eu procurei pensar em algo que me causasse inquietação e cheguei à conclusão que seria importante pesquisar os desafios enfrentados por professoras de Educação Infantil na sua rotina, em sua prática sabendo que o bom funcionamento nas salas de atividades está vinculado à ação docente e de como se faz a mediação entre a criança e o conhecimento.

A professora que trabalha na Educação Infantil é uma profissional multifuncional uma vez que sua prática envolve a indissociabilidade de 'educar e cuidar', porém é pouco reconhecido e prestigiado tanto socialmente como também por muitos pais que ainda veem as instituições como um local seguro para deixar os seus filhos enquanto trabalham. Muitas vezes não valorizam, por não compreenderem a importância do trabalho desenvolvido na Educação Infantil.

Embasada nessas concepções surge a problemática de entender se os desafios na Educação Infantil relatados pelas professoras interferem em sua prática nas salas de vivências. Para chegar a essa análise foram elaborados quatro objetivos específicos: Traçar o perfil das professoras da Educação Infantil do campo de pesquisa; Avaliar a relação professora/criança dentro da instituição; Identificar dificuldades relacionadas à rotina na creche; Investigar a visão da professora acerca dos desafios de práticas pedagógicas.

A importância da pesquisa encontra-se na necessidade de um olhar para essas professoras e suas práticas desenvolvidas na Educação Infantil, na intenção de que os resultados possam servir para uma compreensão e uma referência acerca das dificuldades dessas profissionais que muitas vezes não tem uma visibilidade. Ressalto que a finalidade do estudo é de conhecer os desafios da Educação Infantil sobre a ótica da professora que está dentro das salas vivenciando a prática das atividades, pois só ela pode falar com propriedade dessa realidade que muitas vezes é desconhecida para quem não está integrado. Sobre a prática ocorrida na

instituição a finalidade não é criticar e sim entender se foi alterada diretamente ou indiretamente pelos desafios encontrados.

A pesquisa fundamenta-se na legislação e em autores reconhecidos por suas publicações na temática da Educação Infantil, tais como: Kramer (2006), Oliveira (2002), Barbosa (2009), Angotti (2010), dentre outros.

No tocante à estrutura trabalho ele está dividido em cinco capítulos. O primeiro capítulo é a introdução. No segundo capítulo relata o contexto histórico da Educação Infantil, o reconhecimento da criança como sujeito de direitos, a legislação e sua integração na educação básica. O terceiro capítulo trata da professora da Educação Infantil sua prática no cotidiano, em um contexto legal e seus desafios, esclarecendo que nem sempre a prática está em consonância com a teoria. No quarto capítulo aborda-se a metodologia utilizada e no quinto e último capítulo a análise de dados com o resultado da pesquisa. Por fim, são apresentadas as considerações finais do trabalho.

2. EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL: os primeiros movimentos até os dias atuais

Realizar uma pesquisa sobre a Educação Infantil no Brasil levou a conhecer fatores históricos, sociais e culturais, e compreender como eles foram determinantes para o surgimento das instituições de atendimento as crianças pequenas, como também, nos proporciona refletir e reconhecer os desafios e mudanças ocorridos nessas instituições desde o seu surgimento aos dias atuais.

No Brasil, antes de 1930 quase não havia um movimento em relação à Educação Pré-Escolar. Consta-se que entre os anos de 1874 a 1889 inicia-se um movimento de grupos particulares formado por profissionais da área de saúde que desenvolviam um trabalho assistencialistas e tinham por finalidade diminuir o índice de mortalidade infantil, que na época era assustador. No ano de 1899 foi fundado o Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Brasil, que tinha por objetivo atender aos menores de oito anos, elaborar leis que regulassem a vida e a saúde destas crianças, criar maternidades, creches e jardins de infância (KRAMER, 2006).

Após 1930, difundiu-se a ideia do patriotismo (“Amor incondicional a pátria”) e a criança ganha uma visibilidade, no sentido de que, havia um discurso em que ela estaria diretamente ligada ao desenvolvimento da nação já que a criança de hoje seria o homem do amanhã.

É importante ressaltar que na década de 1930 houve alguns avanços na assistência à criança, foi criado através do Decreto nº 10.402, o Ministério da Educação e Saúde Pública, onde mais tarde esse Ministério fundou o Departamento Nacional da Criança, que prestou atendimento por quase 30 anos e o Estado contribuía e convocava colaboradores financeiros para as instituições de proteção à infância.

No decorrer das décadas surgiram muitas creches criadas por organizações filantrópicas que tinham por objetivo atender às necessidades das mães trabalhadoras, pois com o desenvolvimento industrial a mulher se inseriu no mercado de trabalho e, desse modo, na luta por melhores condições elas reivindicam a criação de uma instituição que atendesse as necessidades de educação e de cuidados para seus filhos (PACHOAL; MACHADO, 2009).

Esse movimento ganhou força e uma nova perspectiva com o movimento feminista que defendia a ideia que as pré-escolas e creches deveriam ser um direito

de todas as mulheres independente do seu trabalho ou condições financeiras. Esse movimento gerou frutos, pois houve aumento dessas instituições mantidas financeiramente pelo poder público, mas mantendo seu caráter assistencialista que era o “cuidar” e sem nenhuma preocupação com o “educar” (PACHOAL; MACHADO, 2009; KRAMER, 2006).

Esse novo cenário da Educação Infantil estava visivelmente dividido, de um lado as creches que atendiam as crianças das classes dominadas, de caráter assistencialista que envolvia o cuidar sem objetivo educacional e do outro o jardim-de-infância que abrangia as crianças da elite e tinha um objetivo educacional. Foi a partir dessas divergências de interesses e com a preocupação em atender a todas as crianças que se deu início a discussões para uma regulamentação legal.

Durante a década de 1970, ainda não havia uma legislação que instituísse os direitos da criança e os deveres do Estado. No entanto, a fim de compensar as camadas menos favorecidas, as políticas educacionais voltadas à educação de crianças de 0 a 6 anos defendiam a educação compensatória, que se propunha a ofertar uma educação que compensasse a defasagem cultural, linguística e afetiva dessas crianças para que obtivessem êxitos em sua aprendizagem escolar.

De acordo com Guimarães (2017, p.113):

Constitui-se, então, no Brasil, uma política de atendimento à infância pautada na preparação, na educação compensatória para a inserção da criança no ensino escolar; um modelo de atendimento em massa, com menor custo possível, a fim de atender um maior número de crianças das camadas populares [...].

Guimarães (2017) afirma ainda, que “entre os anos de 1964 a 1985 o objetivo do Governo Militar, para o país, era a segurança e o desenvolvimento e esses seriam obtidos através do enfraquecimento de desigualdades e conflitos”. Nesse contexto, investia-se em estratégias preventivas junto ao segmento social empobrecido para diminuir as diferenças e desigualdades e, com isso, diminuir as possibilidades de conflitos.

No ano de 1985 com o fim do governo militar no Brasil e em 1986 com novas políticas inseridas para as creches no Plano Nacional de Desenvolvimento, a instituição começou a ser pensada de forma mais ampla e abrangente, e adotou uma função pedagógica que contemplava o desenvolvimento linguístico e cognitivo da criança (OLIVEIRA, 2002).

A Educação Infantil como conhecemos hoje no Brasil é recente, o reconhecimento da criança como sujeito de direitos veio com a Constituição de 1988 que estabeleceu que as creches e pré-escolas fizessem parte dos sistemas educacionais. Desse modo, a criança passou a ser vista como um indivíduo de direitos e não mais como um objeto sob tutela. Historicamente é possível constatar que durou quase um século para que as crianças tivessem seus direitos garantidos constitucionalmente.

A Constituição Federal do Brasil, em seu artigo 227 institui que:

[...] É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e a convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, violência e opressão (BRASIL, 1988, Art. 227).

A Constituição Federal de 1988 foi um divisor de águas para a Educação Infantil ao defini-la como direito de todas as crianças de 0 a 6 anos, mudando a concepção de instituição assistencialista para educativa e ao atribuir ao Estado o dever de garantir o atendimento dessa faixa etária, em creches e pré-escolas como apresenta o seu art. 208, inciso IV, “Educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade” (BRASIL, 1988).

Os direitos das crianças e adolescente ganharam fortalecimento com a criação do Estatuto da Criança e Adolescente - ECA, aprovado em 1990 através da Lei Federal Nº 8.069 (BRASIL, 1990) onde, objetivando sua proteção integral, são apresentados detalhadamente os direitos das crianças e dos adolescentes e estabelecidos os direitos e deveres do Estado e dos responsáveis pelos mesmos. De acordo com Paschoal e Machado (2009) “ao regulamentar o art. 227 da Constituição Federal, inseriu as crianças no mundo dos direitos humanos”. Para Ferreira (2000, apud. PASCHOAL; MACHADO, 2009, p. 85), a importância dessa Lei vai além de um instrumento legal, pois:

[...] O ECA estabeleceu um sistema de elaboração e fiscalização de políticas públicas voltadas para a infância, tentando com isso impedir desmandos, desvios de verbas e violações dos direitos das crianças. Serviu ainda como base para a construção de uma nova forma de olhar a criança: uma criança com direito de ser criança. Direito ao afeto, direito de brincar, direito de querer, direito de não querer, direito de conhecer, direito de sonhar. Isso quer dizer que são atores do próprio desenvolvimento.

Conforme Oliveira (2002) é com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), a Lei nº 9.394/96, que a determinação constitucional ganha estatuto legal definido mais claramente; estabelece a Educação Infantil como etapa inicial da Educação Básica; vincula como Educação Básica a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio; amplia o conceito de educação; aumenta a responsabilidade das unidades escolares; concedem aos sistemas de ensino nível de autonomia pedagógica, administrativa e gestão financeira; incentiva a participação de profissionais da educação em projetos pedagógicos; entre outros. Ressaltando que para a Educação Infantil a lei tem por objetivo promover o desenvolvimento integral da criança até cinco anos de idade, complementando a ação da família e da comunidade (BRASIL, 1996).

Em 1998 foi publicado o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI), que tinha o objetivo de orientar o trabalho das instituições destinadas à educação infantil. Este documento foi resultado de debates a nível nacional com a participação de professores e profissionais da educação. Ele traz orientações pedagógicas para o exercício de uma educação com qualidade que promova o desenvolvimento integral da criança.

O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI) (BRASIL, 1998) foi divulgado pelo MEC com o objetivo de oferecer uma base nacional comum para os currículos, apesar de não ser obrigatório. A integração entre educar e cuidar como função da educação infantil pôde ser considerada um avanço, bem como o conceito de educação no qual aprendizagem e desenvolvimento são processos interligados e dependentes. Até então não havia algo parecido para a Educação Infantil em âmbito federal (GUIMARÃES, 2017, p.30).

Esse referencial evidenciou a importância da Educação Infantil e embora não tenha caráter obrigatório, pois todas as suas propostas são sugestões, a maioria das instituições de Educação Infantil desde 1998 seguem o RCNEI.

Em 2001 foi aprovado o Plano Nacional de Educação – PNE, através da Lei nº 10.172/2001, um documento que traça diretrizes e metas para a educação do Brasil. Esse documento tem grande relevância para a educação, pois consta em suas propostas a redução das desigualdades sociais e de regionalismos, objetivando a entrada e a permanência das crianças e adolescentes nas escolas regulares de ensino público, como também propõe a ampliação da oferta de Educação Infantil visando atender mais crianças.

Dessa forma:

Esse documento estabeleceu originalmente, para a educação infantil, vinte e seis metas para serem alcançadas no decorrer dos seus dez anos de vigência. Como não é objetivo deste trabalho analisar todas as vinte e seis metas do PNE, serão priorizadas duas questões fundamentais para a concretização de todas as demais metas: a oferta e o atendimento à educação infantil (PASCHOAL; MACHADO, 2009, p. 85).

No ano de 2014, outra edição do PNE foi aprovada para o decênio de 2014 a 2024, através da Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014. Essa lei possui 14 artigos e seu anexo apresenta 20 metas e 256 estratégias. A sua primeira meta se propõe através de 17 estratégias, universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 a 5 anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches, de forma a atender, no mínimo, 50% das crianças de até 03 anos até o final da vigência deste PNE (BRASIL, 2014). Diante do contexto de conquistas o PNE representa mais um avanço para fortalecer o desenvolvimento da Educação Infantil no Brasil, porém, esclarecendo que muitas de suas metas não estão sendo alcançadas por falta de recursos financeiros, ou seja, não existe uma previsão orçamentária para o alcance das metas.

Outro avanço normativo no atendimento de crianças em creches e na pré-escola são as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil - DCNEI, instituída pela Resolução CNE/CEB nº1/99, que foi revisada pela Resolução CNE/CBE nº 5, de 17 de dezembro de 2009. De acordo com BRASIL (2009), em seu o Art. 2º:

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil articulam-se com as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica e reúnem princípios, fundamentos e procedimentos definidos pela Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, para orientar as políticas públicas na área e a elaboração, planejamento, execução e avaliação de propostas pedagógicas e curriculares.

O mais recente dos documentos é a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), esse documento contém referências de caráter normativo que definem diretrizes teóricas e práticas essenciais das etapas e modalidades da educação básica, de modo que, as crianças tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e

desenvolvimento, de acordo com o que estipula o Plano Nacional de Educação (PNE).

A BNCC estabelece seis direitos de aprendizagens para as crianças, que são: conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se. Também propõe cinco campos de experiências que envolvem: O eu, o outro e o nós; Corpo, gestos e movimentos; Traços, sons, cores e formas; Escuta, fala, pensamento e imaginação; Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações (BRASIL, BNCC, 2017). Os fundamentos pedagógicos da BNCC são organizados de forma que seus processos educativos se harmonizem com as necessidades, possibilidades e interesses dos alunos, observando o contexto social na atualidade e, objetivando ofertar uma formação que possibilite desenvolver indivíduos autônomos capazes de utilizar dessas aprendizagens em suas vidas, através do desenvolvimento de competências pessoais, sociais, cognitivas e comunicativas.

Dessa forma, esses campos de experiência possuem objetivos de aprendizagem próprios que não estabelece relação com as disciplinas escolares. As experiências seriam preparadas e realizadas com as crianças, de forma a garantir seu direito de aprender, conforme suas especificidades e modos de compreender (GUIMARÃES, 2017).

Conforme pude verificar, que desde a Constituição de 1988 até hoje a Educação Infantil avançou gradativamente em relação à legislação, diretrizes e propostas político-pedagógicas e educacionais. Essas políticas na sua teoria reconhecem e valorizam a criança como um ser histórico e social e enfatizam a importância da Educação Infantil, e tem o objetivo de garantir uma educação de qualidade para todos. Mas as garantias previstas nas leis nem sempre se apresentam na realidade como deveriam ser.

Para Kramer (2011, p. 109), “existe uma enorme discrepância entre a valorização dada à criança a nível do discurso, e a situação real da infância brasileira”. Diante dessa concepção é preciso refletir sobre os pontos controversos entre o discurso e a realidade nas instituições de Educação Infantil e nas salas de atividades, e o que difere entre a teoria e a prática para uma não realização de ensino com qualidade como está previsto na legislação.

A valorização da infância, assim como o atendimento as necessidades específicas dessa fase, são conquistas que observamos refletidas no campo normativo da educação. No próximo capítulo vamos abordar sobre como se dá a

prática do professor da Educação infantil, diante da nova configuração de atendimento das crianças pequenas.

3. PROFESSORAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL: práticas no cotidiano

A infância é responsável pela construção inicial de um indivíduo uma fase onde são formados as bases para seu desenvolvimento físico, motor, social, emocional, cognitivo, linguístico entre outros. Refletir sobre o modo de realizar a formação de crianças pequenas em espaços públicos de educação coletiva, temos que considerar alguns fatores importantes nesse processo, como o espaço escolar, a maneira de organizar suas propostas pedagógicas e a atuação dos profissionais nessa etapa educativa.

A afirmação da criança como sujeito de direitos e a ampliação de instituições públicas para a oferta na Educação Infantil nos últimos anos nos leva a pensar sobre a importância das funções indissociáveis incumbidas às instituições. No Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, consta que:

A instituição de educação infantil deve tornar acessível a todas as crianças que a frequentam, indiscriminadamente, elementos da cultura que enriquecem o seu desenvolvimento e inserção social. Cumpre um papel socializador, propiciando o desenvolvimento da identidade das crianças, por meio de aprendizagens diversificadas, realizadas em situações de interação (BRASIL, 1998, p. 23).

Desse modo, a educação infantil precisa oferecer condições para que as aprendizagens ocorram nas brincadeiras, em situações pedagógicas intencionais, em aprendizagens organizadas e selecionadas pelas professoras. Assim, a atuação dessas profissionais necessita de coerência com os propósitos da educação voltada para crianças pequenas, viabilizando não só conhecimentos específicos, mas um conjunto de competências que corrobore para o seu desenvolvimento e para o sucesso de suas práticas.

Nesse contexto, Barbosa (2009) define três funções para as creches e pré-escolas. A função social direcionada ao cuidar e educar de crianças pequenas na sua integralidade, a função política visando à formação na cidadania e a função pedagógica, um espaço de convivências e ampliação dos saberes. Estas três funções em consonância promovem nas crianças, na família e aos profissionais, satisfação. Dessa forma, para conseguir uma prática docente eficaz, é preciso que o professor seja preparado para as múltiplas funções da sua prática, como também, busque refletir sobre o seu fazer pedagógico para subsidiar a organização do seu trabalho na sala de atividade.

A formação de professoras da Educação Infantil tem sido na atualidade amplamente discutida, isso porque antes não havia a preocupação de que esses professores tivessem alguma formação específica que lhes dessem condições de desenvolver práticas educativas com qualidade em creches e pré-escolas, a fim de atender às especificidades das crianças.

Segundo o Art. 62 da LDBEN (1996), a formação inicial para a Educação Infantil necessita ser realizada em nível superior em curso de licenciatura, de graduação plena, e é admitida como formação mínima a oferecida em nível médio na modalidade Normal.

A lei estabelece a necessidade de formação específica para lecionar em salas de Educação Infantil, seja ela em nível médio ou superior, definindo, assim, uma nova perspectiva de formação para o educador da infância.

A formação desse profissional deve ser ampla não se restringindo apenas a um tempo e a um espaço, mas como afirma Kramer (2002, p.127).

[...] formação ocorre em diferentes espaços e tempos (I) formação prévia no ensino médio ou superior [...]; (II) formação no movimento social, fóruns, associações, partidos, sindicatos [...]; (III) formação em cada escola, creche e pré-escola que garanta estudo, leitura, debate [...]; (IV) formação cultural que pode favorecer experiências com a arte em geral [...].

Assim, a formação do profissional de Educação Infantil não se dá em um momento único, a professora que atua nessa etapa da educação básica deve estar em formação, buscando refletir sua prática pedagógica, a fim de saber lidar com o imprevisto, a heterogeneidade, os conflitos que perpassam o trabalho docente para assim responder às demandas exigidas pela Educação Infantil, e colaborar para a desconstrução da ideia de que para atuar nessa etapa da educação não há a necessidade de formação específica, difundindo assim práticas de Educação Infantil precárias.

Barbosa (2009, p. 44) afirma que “é a intencionalidade pedagógica que define o trabalho docente e ela somente é conquistada através de uma formação profissional sólida”.

O trabalho direto com crianças pequenas exige que a professora na sua prática docente tenha grande competência e habilidade, isto significa que nas suas atividades cotidianas ele saiba trabalhar com conteúdos de naturezas diversas e

conhecimentos específicos originários de diferentes campos do saber na sua atuação.

Porém existem controvérsias entre a teoria e a prática pedagógica. Angotti (2010), Costa (2010) e Assis (2010), sobre cuidar e educar, afirmam que os profissionais da Educação Infantil têm se mostrado contraditórios, uma vez que eles adquirem conhecimentos no decorrer da sua formação, mas suas práticas são ações descontextualizadas, ou seja, existe uma contradição entre o conhecimento adquirido e a prática das ações.

Sobre o cuidar e o educar na Educação Infantil o RCNEI apresenta:

Os debates em nível nacional e internacional apontam para a necessidade de que instituições de educação infantil incorporem de maneira integrada as funções de educar e cuidar, não mais diferenciando nem hierarquizando os profissionais e instituições que atuam com crianças pequenas (BRASIL, 1998, p.23).

Kramer (2005) discute alguns conflitos encontrados por professoras na educação infantil ao ter que cuidar e educar, onde algumas se sentem desvalorizadas ao realizarem tarefas relacionadas ao cuidar, enquanto outras acreditam que cuidar e educar na educação infantil são indissociáveis e por isso devem caminhar juntos.

Essa discussão traz o apontamento de que ainda existe entre as professoras da Educação Infantil a concepção de que o cuidar de crianças pequenas não é visto como trabalho profissional, uma vez que, para muitos, basta ser mulher para exercer esse papel. Não compreendendo que o cuidar é parte integrante da educação, isto é, “cuidar de uma criança em um contexto educativo demanda a integração de vários campos de conhecimento e a cooperação de profissionais de diferentes áreas” (BRASIL, 1998, p. 23).

Na Educação Infantil existe uma rotina estabelecida pela instituição que determina ações desde a acolhida até a despedida, isso não significa que a criança deva fazer igual as mesmas coisas todos os dias.

Segundo Lira e Saito (2011) a rotina deve ser planejada constantemente para que suas ações promovam o desenvolvimento.

Barbosa ressalta um aspecto a ser considerado em se tratando da rotina na Educação Infantil e que ela define como uma forma “violenta” de ensinar:

Na educação infantil, por motivos diferentes, crianças são forçadas a dormir, são apressadas no momento da alimentação, são colocadas “para pensar” nas suas ações e na consequência delas, são postas em filas ou encostadas nas paredes aguardando o lanche, são humilhadas na frente dos colegas, levando bronca ou sendo agredidas com movimentos bruscos por parte do adulto, são discriminadas por sua condição social, étnica, ou de gênero e não são atendidas em suas necessidades básicas de higiene, de espaço para brincar e de se sentirem emocionalmente apoiadas (BARBOSA, 2009, p. 89).

Diante dessas afirmativas as instituições de Educação Infantil enfrentam o desafio de romper com essas práticas que segundo a autora é um “crime” com a infância, como também, buscar uma nova forma de educar.

Para Lima et al (2012) a escola tanto pode contribuir para o desenvolvimento e o prazer de aprender das crianças como contraditoriamente poderá não contribuir. Logo, é função da professora na educação infantil considerar os conhecimentos que as crianças possuem, obtidos a partir das suas experiências sociais, afetivas e cognitivas a que estão expostas, detectando os conhecimentos prévios, estabelecendo estratégias didáticas para promover o desenvolvimento e a aprendizagem.

Nesse sentido, o brincar na Educação Infantil exerce uma função essencial no processo educacional da criança, pois este ato implica de forma prazerosa e significativa a construção de sua personalidade. É nos primeiros anos de vida que ela irá compreender e se inserir em seu grupo, construir a função simbólica, desenvolver a linguagem, explorar e conhecer o seu ambiente. A brincadeira é um comportamento natural da criança, dessa forma a prática da professora da Educação Infantil não pode ser pensada sem o lúdico. Segundo o RCNEI, “[...] é o direito das crianças a brincar, como forma particular de expressão, pensamento, interação e comunicação social” (BRASIL, 1998, p.13). Nesse sentido o lúdico assume um papel relevante para o desenvolvimento integral da criança.

Segundo as Diretrizes as práticas pedagógicas devem ser pensadas a partir de dois eixos norteadores que são as interações e a brincadeira e as mesmas devem garantir as seguintes experiências:

I - promovam o conhecimento de si e do mundo por meio da ampliação de experiências sensoriais, expressivas, corporais que possibilitem movimentação ampla, expressão da individualidade e respeito pelos ritmos e desejos da criança; II - favoreçam a imersão das crianças nas diferentes linguagens e o progressivo domínio por elas de vários gêneros e formas de expressão: gestual, verbal, plástica, dramática e musical; III - possibilitem às

crianças experiências de narrativas, de apreciação e interação com a linguagem oral e escrita, e convívio com diferentes suportes e gêneros textuais orais e escritos; IV - recriem, em contextos significativos para as crianças, relações quantitativas, medidas, formas e orientações espaço, temporais; V - ampliem a confiança e a participação das crianças nas atividades individuais e coletivas; VI - possibilitem situações de aprendizagem mediadas para a elaboração da autonomia das crianças nas ações de cuidado pessoal, auto-organização, saúde e bem-estar; VII - possibilitem vivências éticas e estéticas com outras crianças e grupos culturais, que alarguem seus padrões de referência e de identidades no diálogo e reconhecimento da diversidade [...] (DCNEI, 2010, p. 26).

Dessa forma, a brincadeira enquanto recurso pedagógico na aprendizagem deve ser encarado de forma séria, competente e responsável, pois quando usado de forma intencional poderá oportunizar momentos de aprendizagem em múltiplos aspectos.

No exercício do trabalho pedagógico, o cuidar das crianças pequenas significa atender às suas necessidades, o cuidado, ou seja, o compromisso em assegurar o seu desenvolvimento, pode ser observado na maneira como a professora organiza o trabalho pedagógico, prepara uma atividade, disponibiliza os materiais que serão utilizados pelas crianças, planeja os espaços destinados às brincadeiras, enfim, como organiza o tempo e o espaço na rotina das instituições de educação infantil (ANDRADE, 2010).

Para que a instituição educativa funcione de forma adequada é necessário que sejam utilizadas práticas pedagógicas intencionais e voltadas para as especificidades das crianças, por esses serem responsáveis pela estimulação à atividade e iniciativa delas. Sendo importante que a professora faça uso de métodos e recursos para que esse ensino traga contribuições à aprendizagem e desenvolvimentos das crianças, de acordo com sua realidade.

Andrade (2010) acrescenta ainda, que os espaços institucionais devem ser acolhedores, seguros, estimuladores, oportunizando aprendizagens e experiências múltiplas, de acordo com as capacidades, necessidades das crianças objetivando o desenvolvimento de suas potencialidades. As propostas pedagógicas, pautadas nos princípios éticos e políticos, contemplam o compromisso da educação infantil com a educação social das crianças, no desenvolvimento de relações afetivas e na construção dos sentimentos de respeito, compreensão e solidariedade fundamentais para uma sociedade mais humana e democrática.

De acordo com Art. 4º das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil:

As propostas pedagógicas da Educação Infantil deverão considerar que a criança, centro do planejamento curricular, é sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura (BRASIL, 2009, p.1).

Dessa forma, podemos entender que o trabalho com crianças pequenas tem importantes implicações à elaboração de atividades educativas contextualizadas quando são intencionais e direcionadas ao desenvolvimento dessas crianças. Ou seja, exige definições e reflexões sobre o que já existe, o que se pretende alcançar e as estratégias a serem usadas para atingir os objetivos. O planejamento é conhecer a realidade, determinar o que se quer alcançar, indicar os meios e recursos possíveis, realizar constante avaliação e reavaliação do processo, estabelecendo, além de metas, prazos e fases para seu cumprimento.

Krefta (2011) explica que quanto menor for uma criança, mais bem preparado precisa ser o profissional para oferecer o atendimento adequado. A preparação para essa etapa educacional requer cuidado e maior rigor quanto em sua formação profissional, uma vez, que será responsável pela iniciação de crianças pequenas em uma instituição com objetivos e cuidados distintos do cuidar familiar.

Nesse sentido, a professora encontra-se em constante processo de desafio e confronto com o meio educativo e com seus próprios limites diante de uma formação que o permita lidar de maneira mais eficaz com as dificuldades que surgem em seu cotidiano de aprendizagem. Uma das funções das professoras, hoje, é cuidar para que aprendizagem e desenvolvimento de crianças pequenas seja uma conquista prazerosa, usando como instrumento indispensável o lúdico nas diferentes situações no contexto educacional.

A atuação dos profissionais na Educação Infantil na atualidade, apesar do cenário de conquistas, apresenta algumas dificuldades relacionadas a diferentes fatores, que podem ser observados no cotidiano da prática profissional. Dessa forma, a visão do profissional diante sua prática é indispensável para entender como acontecem e quais são essas dificuldades. No próximo capítulo, vamos apresentar os procedimentos metodológicos em que se baseiam os objetivos deste estudo.

4. METODOLOGIA DA PESQUISA

Este trabalho de pesquisa é de abordagem qualitativa e exploratória com o intuito de entender o tema abordado. Nessa abordagem o pesquisador amplia seus conceitos e opiniões a partir de padrões localizados nos dados, que foram realizados através de pesquisa de campo com observação e preenchimento de questionário.

De acordo com Minayo (1994, p.21):

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não pode ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Seguindo essa linha de raciocínio, Vieira e Zouain (2005) afirmam que a pesquisa qualitativa atribui importância fundamental aos depoimentos dos atores sociais envolvidos, aos discursos e aos significados transmitidos por eles. Nesse sentido, esse tipo de pesquisa preza pela descrição detalhada dos fenômenos e dos elementos que o envolvem.

A pesquisa foi realizada em uma creche municipal, localizada em um município da Paraíba. A escolha dessa Creche como local de pesquisa justifica-se em razão de se localizar no mesmo bairro da residência da pesquisadora e deste modo conhecer acerca da realidade na qual a creche está inserida.

A creche é uma instituição educacional de responsabilidade do município, portanto, a oferta de vagas é de forma gratuita. Nas creches são recebidas crianças com a faixa etária para a educação infantil com o objetivo de promover o seu desenvolvimento integral. Ela é composta por uma equipe de profissionais que envolvem gestores, coordenadores, professores, cuidadores, secretários, cozinheiros, auxiliar de serviços, vigilantes e crianças da faixa etária indicada. Portanto, um universo amplo.

O estudo está voltado para as professoras no que tange a rotina da educação infantil e de que maneira as professoras se articulam para superar desafios que surjam no decorrer de sua prática pedagógica a fim de garantir uma educação de qualidade.

Foram utilizados como instrumento de coleta de dados um diário de campo construído através de observações, roteiros de caracterizações e um questionário com questões abertas respondidas por três professoras. A escolha das professoras teve como critério uma representante de cada turma ofertada na instituição.

A análise de dados foi feita a partir das informações coletada durante a pesquisa e depois confrontada sob a luz dos diversos autores que abordam a temática.

5. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS DA PESQUISA

5.1 CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA

A pesquisa foi realizada em uma creche pública, localizada na região metropolitana de João Pessoa, que tem uma população estimada em 28.056 habitantes.

Em suas dependências a creche possui 01 (uma) sala de direção e coordenação, 09 (nove) salas de atividades, 02 (dois) dormitórios, 04 (quatro) banheiros para adultos, 05 (cinco) banheiros infantil, 01 (uma) cozinha, 01 (um) refeitório, 01 (um) gabinete odontológico, 01 (um) consultório pediátrico e 01 (uma) sala de enfermagem.

A instituição é pintada, os banheiros, bebedouros, mesas e cadeiras são todos adaptados ao tamanho da criança. O piso da creche é de granito, sendo o dos banheiros de cerâmica antiderrapante. A creche não possui área livre como um pátio coberto ou descoberto para eventos e recreações, não tem brinquedoteca e nem solário.

Os equipamentos didático-pedagógicos que a creche possui são: 01 (uma) TV em cada sala; 01 (um) Data Show; 01 (um) aparelho de som; 01 (uma) impressora e 01 (um) depósito de materiais pedagógicos, esse depósito foi citado pela diretora, porém durante as visitas de pesquisa não tive a oportunidade de conhecê-lo.

A creche conta com um quadro de profissional diversificado, 01 (uma) diretora, 01 (uma) vice-diretora, 02 (duas) supervisoras, 11 (onze) professores, 18 (dezoito) monitores, 02 (dois) profissionais de apoio pedagógico, 01 (uma) médica, 01 (um) dentista, 06 (seis) cozinheiros, 09 (nove) auxiliares de serviços gerais e 01 (um) auxiliar administrativo.

A instituição atende atualmente 213 (duzentas e treze) crianças, com uma faixa etária entre um ano e três meses a quatro anos e meio, dividido em nove turmas de infantil I, infantil II e infantil III, em horário integral das 07h30min às 17h00min.

Quanto ao planejamento é realizado bimestralmente e a instituição possui um Projeto Político Pedagógico (PPP) atualizado de acordo com as necessidades da Instituição.

5.2 O PERFIL DAS PROFESSORAS

A creche municipal possui um total de 11 (onze) professoras, 07 (sete) concursadas e 04 (quatro) contratadas, participaram da pesquisa três professoras que estão identificadas como professoras A, B e C.

Sobre suas formações acadêmicas, as professoras A e C são formadas em Pedagogia e possuem Pós-graduação em Psicopedagogia, já a professora B é graduada em Geografia, com Pós-graduação em Psicopedagogia.

Segundo o Art. 62 da LDBEN, a formação inicial para a Educação Infantil deve ser realizada em nível superior em curso de licenciatura em Pedagogia, e é admitida como formação mínima a oferecida em nível médio na modalidade Normal (BRASIL, 1996).

As três professoras possuem alguns pontos em comum: elas são concursadas; possuem uma faixa etária entre 39 e 46 anos de idade, todas tem anos de experiência na Educação Infantil que varia de 12 a 26 anos.

5.3 ANÁLISE DAS QUESTÕES

Como parte da pesquisa foi entregue as professoras A, B e C um questionário com onze questões abertas, iguais para todas, com o objetivo de identificar os desafios da Educação Infantil na perspectiva dessas profissionais.

A primeira questão trata sobre os requisitos necessários para ser um bom professor da Educação Infantil, e ao serem questionadas sobre isso, as professoras responderam:

Ter pedagogia e gostar do [que]¹ faz e fazer por amor dentro do profissional. (Professora A)

Em primeiro lugar gostar do que faz e contribuir com suas ações para estimular o desenvolvimento cognitivo, considerando os aspectos afetivo, psicológico, autoestima e autonomia das crianças. (Professora B)

Além de uma formação em pedagogia, a Educação Infantil requer do professor uma disponibilidade maior de tempo, uma vez que, as aulas exige [exigem] um compromisso com a dinamicidade e uma

¹ Para sermos fiéis aos registros das professoras, digitamos suas respostas tal qual escreveram, mas entre colchetes escrevemos algum conectivo que faltou para dar sentido ou a correção da palavra escrita de maneira equivocada.

variedade de recursos lúdicos. E acima de tudo, amar e se identificar com o que faz. (Professora C)

É possível observar que nas três respostas há concordância que é precisa gostar do que faz. As professoras A e C citam o amor como um dos requisitos e as mesmas também apontam a importância da formação em pedagogia.

Segundo a LDBEN no seu artigo 62 para atuar na Educação Infantil é necessário graduação em Pedagogia ou uma formação mínima em nível médio, normal. Desse modo, gostar do que faz e fazer por amor é importante, mas a formação possui o papel mais relevante no sentido de que é na formação que se apropria das teorias, estudos científicos a qual norteiam as práticas docentes.

Na segunda questão foi perguntado se o professor da Educação Infantil deveria se preocupar com sua formação contínua. Sobre isso as professoras responderam:

Sim, porque cada vez mais devo mim [me] preocupar como passar o novo de forma lúdica para as crianças. (Professor A)

Sim, pois os professores que atuam nessa modalidade de ensino devem estar em constante adaptação e atualização em relação ao desenvolvimento das crianças nesta faixa etária. (Professor B)

Com certeza, é extremamente necessário que este profissional esteja em constante busca de novos conhecimentos para aprimorar nossa prática pedagógica. A formação contínua, nos remete a não estagnarmos [ficarmos estagnadas] em práticas arcaicas que muitas vezes não instiga o desenvolvimento da criança. (Professor C)

Nessa questão todas entendem que a formação contínua é importante e contribui para que o professor aperfeiçoe sua prática.

Kramer (2002) afirma que essa formação contínua acontece em diferentes espaços e tempos. Não necessariamente em cursos de formação, pode ser na própria escola quando participa na formulação do Projeto Político Pedagógico, no partilhar de experiências em debate, entre outros. Ressaltando que a formação contínua é uma exigência da LDBEN (1996) encontrada no Art. 62.

A terceira questão está relacionada com o espaço físico da instituição, se ele está adequado às práticas pedagógicas, uma vez que Andrade (2010) afirma que os

espaços institucionais devem ser acolhedores, seguros, estimuladores, oportunizando aprendizagem. Sobre essa questão as respostas foram as seguintes:

Pequena sem área de lazer, falta muito em nossa estrutura para boa adaptação para os nossos pequeninos. (Professora A)

Não foi projetada para atender o número de crianças que hoje são beneficiadas nossos serviços. Não dispomos [dispomos] de espaço físico adequado ao lazer. (Professora B)

A estrutura física da nossa creche deixa a desejar. Pois, todas as atividades desenvolvidas são realizadas na sala de aula, uma vez que, não disponibilizamos de um pátio ou uma área de lazer. (Professora C)

Para uma profissional que entende o conceito de infância e o significado de Educação Infantil ao chegar à instituição o primeiro impacto é referente ao espaço. “A instituição não possui espaço para a recreação, a rotina diária das crianças que se inicia às 07:30 e termina às 17:00 horas, é pensada unicamente dentro da sala de atividades gerando um desgaste emocional perceptível tanto nas crianças como nas professoras”. (Diário de bordo, 28/08/2018)

Os relatos das professoras pontam uma insatisfação quanto ao espaço, pois como afirma a professora C “*todas as atividades desenvolvidas são realizadas na sala de aula*”, ou seja, as salas de atividades da instituição são o único lugar para suas práticas pedagógicas.

Na questão seguinte elas relatam como se dá a rotina nas salas de atividade:

Acolhida, cantos, brincadeiras diversificadas, hora do cantinho de leitura com palitoques, dedoches e fantasias etc. e brincadeira de roda para que possa passar a interdisciplinaridade [interdisciplinaridade] de forma lúdica para as crianças. (Professora A)

Minha rotina é diversificada, onde procuro contribuir para uma aquisição de um novo vocabulário entre as crianças, gerar sentimentos e sensações positivas em relação a si mesmas, no convívio com outras crianças e com profissionais da instituição. (Professora B)

Nossa rotina é bastante diversificada, buscando sempre criar oportunidades para as crianças manifestarem seus pensamentos, linguagem, criatividade, reações, imaginação, ideias e relações sociais. (Professora C)

A rotina segundo Lira e Saito (2011) deve ser planejada constantemente para que suas ações promovam o desenvolvimento. Nas três respostas citam a diversidade em sua prática cotidiana. Essa afirmativa corrobora com a ideia que para realizações de aulas diversificadas há necessidade de planejamento e perguntadas como se dá esse planejamento temos as seguintes respostas:

Através de roteiro diário (semanal) e planejamento bimestral. (Professora A)

A partir do conhecimento prévio da turma, planejo as atividades para melhor atender as necessidades das crianças. (Professora B)

Nossas atividades são planejadas na perspectiva de atender as necessidades das crianças, procurando metodologias através de jogos e brincadeiras alcançarem de maneira divertida a aprendizagem e o desenvolvimento integral das mesmas. (Professora C)

Sobre o planejamento na Educação Infantil um ponto de grande relevância que está definido no artigo 4º da Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil é que no planejar a criança seja o centro das ações. Nessa perspectiva, as professoras B e C evidenciam seu entendimento sobre essa interação.

Segundo o RCNEI (1998, p. 13), “[...] é o direito das crianças o brincar, como forma particular de expressão, pensamento, interação e comunicação social”. Diante dessa evidência, perguntei as professoras se elas consideram a brincadeira importante para o desenvolvimento das crianças, segue as respostas:

Sim, porque é de forma Lúdica que passo os conteúdos explorados pelas crianças. (Professora A)

Sim, pois ajudar na construção do conhecimento, tendem a melhorar o convívio entre as crianças, fazendo com que vivam situações de colaboração, trabalho em equipe e respeito. (Professora B)

Sem dúvida nenhuma, a brincadeira é inerente a educação infantil, pois desperta nas crianças uma aprendizagem de forma leve e espontânea e acima de tudo divertida. (Professora C)

As três concordam que a brincadeira é relevante na construção do conhecimento, mas é nas respostas das professoras B e C que se percebe uma definição mais ampla e próxima do RCNEI, onde associa à brincadeira um

comportamento natural da infância e desse modo se utiliza para efetivar o seu desenvolvimento integral.

Questionadas sobre as dificuldades relacionadas à sua prática pedagógica no tocante a instituição e no trabalho direto com as crianças elas responderam:

A falta de mais profissionais de apoio; a falta de recursos para um bom desenvolvimento da minha prática pedagógica; a falta de monitor com formação. (Professora A)

Conquistar a atenção dos alunos, em meio a falta de recursos didáticos, uma vez que é preciso utilizar recursos diferenciados para tomar a atenção das crianças; A falta de recursos didáticos. (Professora B)

O número extensivo de crianças em sala de aula; Por ter apenas uma monitora na minha sala; A falta de disciplina de algumas crianças; A falta de recursos didáticos; Um apoio pedagógico mais próximo ao professor; Quanto menor as crianças maior é o compromisso e a responsabilidade do professor em maneja-los, muitas vezes em um ambiente que não disponibiliza de recursos necessários para auxiliar nossa prática pedagógica. (Professora C)

De acordo com as respostas das professoras é possível destacar um ponto convergente ao qual, segundo elas, está relacionada à maioria das dificuldades que enxergam no trabalho, a falta de recursos pedagógicos é apontado como uma dificuldade decorrente da instituição com implicações no manejo com as crianças e nas atividades desenvolvidas.

Dessa forma é possível entender que o material que é disponibilizado para as atividades diárias não supre as necessidades do planejamento dessas professoras, uma vez que, como afirma a professora B: “[...] *é preciso utilizar recursos diferenciado para tomar a atenção das crianças*”. Essa questão também tem relação com o lúdico, principalmente por ser esse recurso a principal ferramenta do profissional da Educação Infantil para ter acesso ao mundo da criança e integrar de forma prazerosa a aprendizagem de diversos conteúdos as brincadeiras.

Nesse sentido Babosa (2009) relata que:

Garantir contextos que ofereçam e favoreçam oportunidades para cada criança e o grupo explorarem diferentes materiais e instrumentos através de suas brincadeiras exige dos estabelecimentos educacionais planejamento e organização de espaços e tempos que disponibilizem materiais lúdicos. Assim é necessária a presença de brinquedos, de objetos e materialidades que possam ser transformados, e também áreas externas destinadas a atividades, lugares desafiadores para o desenvolvimento de brincadeiras,

bem como, de um modo geral [...] que seja ao mesmo tempo seguro, limpo e confortável, propiciando atividade e o descanso, o movimento e a exploração minuciosa (p.73).

A organização e disponibilidade de materiais são indispensáveis para o trabalho com crianças pequenas, sendo a ausência de recursos didáticos e pedagógicos que satisfaça as especificidades desse trabalho, uma grande dificuldade que interfere tanto no trabalho na Educação Infantil, quanto no desenvolvimento das crianças pela “privação” de algumas vivências, como relatou a professora C durante as visitas. “Ela mesmo produz semanalmente massinhas de modelar para a sua turminha, pela dificuldade de acesso a esse material na instituição” (Diário de bordo, 26/09/2018)

Tomando como exemplo, a turma da professora B, em um dos dias de observação,

Após o acolhimento entre 08:00 e 08:30 as crianças tomaram o café da manhã, de 08:30 às 09:15 elas brincaram livremente na sala, das 09:15 às 09:30 ela contou uma história onde o único recurso didático era o livro. Depois desse momento até as 12:00 horas que é a hora do sono as crianças ficaram em horário livre, ou seja, na instituição foi possível perceber que a rotina de atividades, na maioria das turmas, se dá através de atividades livres (Diário de bordo, 20/09/2018).

A professora A aponta que a sua dificuldade para o exercício da sua profissão é “a falta de recursos para um bom desenvolvimento da minha prática pedagógica”, dessa maneira, o desempenho de uma boa prática pedagógica, segundo as entrevistadas, depende de recursos educativos disponibilizados para suas atividades.

A falta de recurso também é relacionada às dificuldades no manejo com as crianças como é possível perceber na fala da professora C: “Quanto menor as crianças, maior é o compromisso e a responsabilidade do professor em maneja-los, muitas vezes em um ambiente que não disponibiliza de recursos necessários para auxiliar nossa prática pedagógica”. Nesse contexto podemos apontar ainda, mediante as observações do espaço, que a instituição, como já citado, não possui espaço livre ou pátio destinado a recreação.

Todo o espaço institucional propicia aprendizagem, assim a proposta pedagógica precisa estar presente em todos os ambientes, sendo um espaço

externo muito importante para as crianças. Sobre o exposto, Barbosa (2009) afirma que:

Na hora de brincarem no pátio as crianças realizam aprendizagens complexas, pois na brincadeira aprendem a linguagem oral, a motricidade, a música e muitos outros conhecimentos sociais e corporais. O pátio é o primeiro observatório da natureza e sua disposição e o cuidado dos adultos em relação a ele favorece a criação de atitudes de cuidado e responsabilidade com o que nos rodeia (p. 93)

Na creche observada as atividades recreativas acontecem unicamente das salas de atividades, não existem outras opções.

Essas dificuldades são uma lacuna no atendimento as crianças pequenas quando comparadas com algumas solicitações contidas nas Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil - DCNEI (2009) a exemplo do art. 8º em seu 1º parágrafo, onde consta que:

[...] as propostas pedagógicas das instituições de Educação Infantil deverão prever condições para o trabalho coletivo e para a organização de materiais, espaços e tempos que assegurem: I - a educação em sua integralidade, entendendo o cuidado como algo indissociável ao processo educativo. II - a indivisibilidade das dimensões expressivo-motora, afetiva, cognitiva, linguística, ética, estética e sociocultural da criança; [...] (p.02).

Nessa perspectiva as instituições devem possibilitar acesso e condições materiais e ambientais que possibilitem o trabalho do profissional no atendimento as necessidades das crianças da Educação Infantil.

Dentre as dificuldades citadas, foi destacada a necessidade de apoio tanto pedagógico quanto de profissionais auxiliares de sala (monitores), como também, o excesso de crianças por sala e a falta de disciplina das crianças, que entendemos se tratar da forma que a criança se adapta ou não as propostas das instituições.

O planejamento acontece semestralmente com os profissionais de apoio pedagógico e no decorrer dos meses os profissionais constroem suas propostas individuais em seus diários de classe. A falta desses profissionais, mencionada na fala do Professor C pode ter relação com as dificuldades de cumprir o planejamento semestral diante da falta de alguns recursos, precisando assim de novas estratégias.

No período de observação foi percebido, que os profissionais de apoio pedagógico não tiveram nenhum contato com as professoras nas salas de atividades ou em outros espaços em nenhum momento durante as visitas.

As dificuldades dessas profissionais estão relacionadas principalmente ao suporte para suas propostas de atividades, o que compreende além de recursos materiais, a estrutura física da instituição e suas possibilidades didáticas, como o apoio na formulação do planejamento diário e execução do mesmo com as crianças. O que não significa que a instituição não possua tais suportes, mas que esses, segundo a visão dessas professoras, existem de forma deficitária.

Depois de relatadas as dificuldades de sua de sua prática nas salas de atividades, perguntamos as professoras o que poderia ser melhorado de modo a contribuir para um melhor desenvolvimento do seu trabalho e elas sugeriram o seguinte:

Na estrutura e no apoio pedagógico e em recursos didáticos. (Professora A)

Aquisição de mais recursos didáticos, jogos educativos, proporcionando condições adequadas ao desenvolvimento físico, motor, emocional, cognitivo e social das crianças. (Professora B)

Deve haver um fortalecimento na relação família, escola e comunidade para contribuir para o desenvolvimento do trabalho do professor na sala de aula. (Professora C)

De acordo com as respostas das professoras A e B as melhorias desejadas são de acesso a materiais e recursos que lhe deem suporte a prática pedagógica. Ou seja, um suporte material, mas também apoio pedagógico com maior aproximação do trabalho e necessidades dessas profissionais.

A resposta da Professora C corrobora com as DCNEI (2009) que dispõe em seu artigo art. 8º, 1º parágrafo, incisos III e IV:

[...] III - a participação, o diálogo e a escuta cotidiana das famílias, o respeito e a valorização de suas formas de organização; IV - o estabelecimento de uma relação efetiva com a comunidade local e de mecanismos que garantam a gestão democrática e a consideração dos saberes da comunidade [...] (p.02 e 03).

De acordo com a DCNEI (2009), na Educação Infantil as crianças precisam de práticas pedagógicas apoiadas nas relações e interações educativas intencionalmente destinadas as suas experiências cotidianas e seus processos de aprendizagem no espaço coletivo. Nessa perspectiva, é indispensável à integração

da instituição e a família, objetivando um melhor desenvolvimento e valorização da cultura individual e coletiva das crianças, para enriquecer e facilitar a sua evolução educacional.

E, por fim, pedimos as professoras para responderem quanto à importância da Educação Infantil para o desenvolvimento da criança:

Sabendo-se que a educação infantil é a base de tudo para o bom desenvolvimento da criança, porque se não tiver uma boa base não formamos cidadãos [cidadãos] críticos e conhecedor [conhecedores] de direitos. (Professora A)

É extremamente importante, pois a mesma é a primeira etapa da educação básica, por objetivo de ajudar no desenvolvimento intelectual, físico, psicológico e social das crianças de zero a seis anos. Sua atuação visa complementar a ação da família e da comunidade. (Professor B)

A Educação Infantil é o ponto de partida para toda e qualquer aprendizagem promovendo o desenvolvimento integral das crianças e as habilidades inerentes a esta faixa etária. Por isso, uma Educação Infantil bem trabalhada influenciará por toda vida de um adulto. (Professor C)

As respostas obtidas nessa questão nos mostram o reconhecimento da importância da Educação Infantil para um bom desenvolvimento das crianças nessa fase da infância. Atribuem a essa etapa educacional a responsabilidade com o seu desenvolvimento em relação às diversas aprendizagens, pois a reconhecem como o ponto de partida para as demais aprendizagens que irão adquirir ao longo da vida.

Guimarães (2010, p. 83) explica que “a ausência da compreensão da especificidade do tempo de ser criança explica em boa parte o atendimento precário às crianças”. As instituições de atendimento à criança passaram pela caridade, filantropia, assistencialismo, custódia, pelo caráter compensatório, até a função educativa e ao reconhecimento do período da infância como peculiar e de necessidades específicas de cuidado e atendimento como é possível perceber no Art. 4º da DCNEI (2009) que reconhece que a criança:

[...] é sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura.

O reconhecimento que vemos hoje por parte dos profissionais e da sociedade que a cada dia conquista novas tipificações e constituem grandes debates nacionais sobre o tema, é de extrema importância e evidencia a mudança paradigmática no conceito do cuidado com as crianças pequenas onde as creches perderam a marca histórica do assistencialismo para de uma instituição voltada ao atendimento das especificidades das crianças pequenas em prol do seu bom desenvolvimento.

O contato com a creche possibilitou entender a dinâmica da instituição. Através das observações e coleta de informações, foi possível entender um pouco do universo dos profissionais dessa instituição educativa. As professoras, de modo geral, são experientes e habilidosas no trato com as crianças que atendem e demonstram conhecimento no trabalho na Educação Infantil. Também é perceptível o uso do lúdico como ferramenta para as atividades que executam nas salas de vivências.

As dificuldades apontadas de maior relevância na prática pedagógica das professoras A, B e C são de caráter institucional, uma vez que a queixa da disponibilidade de recursos didáticos pedagógicos aparece em mais de uma das questões, esse fato interfere bastante na execução das atividades com as crianças e na satisfação dos profissionais com o trabalho.

Outro ponto recorrente as queixas, é sobre o apoio no trabalho pedagógico, é perceptível que as profissionais têm se sentido sozinhas diante os desafios de adaptar o planejamento à realidade do cotidiano da creche, assim como um melhor entrosamento entre a equipe. A falta de conhecimento específico das auxiliares de sala também é algo que, segundo elas, interfere na qualidade do atendimento dessas crianças.

O trabalho pedagógico realizado na creche pesquisada, de acordo com as respostas das profissionais e as observações no Diário de Bordo, a instituição contempla várias especificidades importantes para o atendimento das 213 crianças que recebe na creche, e apesar dos problemas mencionados pelas professoras quanto ao material pedagógico, infraestrutura da instituição no que diz respeito à área livre para recreação, acompanhamento pedagógico e qualificação dos auxiliares de sala, essas profissionais, oferecem o máximo de qualidade possível no trabalho com as crianças, reconhecem a importância dessa etapa educativa para a

vida delas e, principalmente, a relevância do trabalho e o papel do professor na Educação Infantil.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das premissas levantadas nesse estudo, é possível considerar que a Educação Infantil atualmente se estabelece através de uma prática que leva em consideração a criança como um ser com características e ritmos próprios, os quais são trabalhados através de atividades que priorizam o seu desenvolvimento integral.

As professoras entrevistadas responderam a um questionário e relataram a realidade de seu cotidiano de forma autêntica, a julgar pela semelhança com as observações que foram registradas no Diário de Bordo, o que possibilitou obter as informações necessárias para contemplar os objetivos desse estudo.

De acordo com as investigações, foi constatado que as dificuldades relatadas têm uma relação diretamente institucional. A falta de um espaço amplo e propício para atividades recreativas na instituição é uma situação difícil de ser contornada, e que demanda muita insatisfação dessas profissionais, pois como afirmaram no questionário, o único espaço disponível para realização das atividades com as crianças são as salas de vivências, uma vez que há um número elevado de crianças para a capacidade das salas.

Nesse contexto, apontaram ainda o despreparo das auxiliares de sala (monitoras), uma vez que as mesmas não possuem formação docente e nem passam por formação continuada que as qualifiquem para o trabalho com crianças numa perspectiva educacional, o que limita as possibilidades no auxílio no trabalho.

As professoras apresentaram ainda, de forma recorrente e unânime, o que para elas é a maior dificuldade da sua prática, a falta de materiais didáticos que contemplem as propostas pedagógicas de aprendizagens diversificadas, o que diminui os estímulos ofertados necessários para um bom desenvolvimento e aprendizagem das crianças da instituição. Essas dificuldades são vivenciadas pelas professoras de forma solitária e existe uma grande cobrança de apoio da equipe pedagógica da creche para ajudar a driblar os obstáculos presentes nas atividades para manter a qualidade no planejamento.

No entanto, diante do contato e das observações realizadas no processo da pesquisa foi possível constatar que existe um esforço das professoras em não permitir que essas dificuldades influenciem de forma negativa sobre sua prática, embora nem sempre isso seja possível, porque as professoras de Educação Infantil

são profissionais que se qualificam para o trabalho e precisam de boas condições de trabalho para o exercício da sua profissão, não podendo ser lançadas nas instituições de Educação Infantil sem o suporte necessário para desenvolverem uma educação de qualidade.

A aproximação desta pesquisa com as dificuldades das professoras da creche nos possibilita compreender a grande mudança paradigmática no atendimento a crianças pequenas. Apesar das dificuldades mencionadas essas profissionais reconhecem quais as necessidades da criança nessa fase da vida, e a importância de fornecer atividades que contribuam para seu desenvolvimento como um todo, pois o trabalho com crianças pequenas hoje, é um alicerce primordial para as aprendizagens efetivas para a vida toda.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, L.B.P. **Educação infantil: discurso, legislação e práticas institucionais** [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

ANGOTTI, M. Educação Infantil: para que, para quem e por quê. In: ANGOTTI, Maristela (Org.). **Educação Infantil: para que, para quem e por quê?** Campinas, SP: Editora Alínea, 2010.

ASSIS, M. S. S. **Práticas de cuidado e de educação na instituição de educação infantil: o olhar das professoras**. In: ANGOTTI, M. (Org.). Educação Infantil: para que, para quem e por quê? Campinas, SP: Editora Alínea, 2010.

BARBOSA, M. C. S. **Práticas Cotidianas na Educação Infantil: orientações curriculares**. Brasília: MEC, 2009.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitulcao_Compilado.htm>. Acesso em 26 jul. 2018.

_____. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Ministério da Educação. – Brasília: MEC, SEB, 2010.

_____. Ministério da Educação e Cultura. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: MEC, 1996.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil. **Secretaria de Educação Básica**. Brasília: MEC, SEB, 2010.

_____. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Fundamentos pedagógicos e estrutura geral da BNCC**. Brasília, DF, 2017. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=56621-bnccapresentacao-fundamentos-pedagogicos-estrutura-df&category_slug=Janeiro-2017-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 12. Ago. 2018.

_____. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário oficial da União**, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1990/lei-8069-13-julho-1990-372211-publicacaooriginal-1-pl.html>> acesso em 18 de ago. 2018.

_____. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 200. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 10 jan. 2001. Disponível em:<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2001/lei-10172-9-janeiro-2001-359024-publicacaooriginal-1-pl.html>> acesso em 18 de ago. 2018.

_____. Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 dez. 2009. Disponível em:<http://www.seduc.ro.gov.br/portal/legislacao/RES_CNE00_5_2009.pdf> Acesso em 14 set. 2018.

_____. Plano Nacional de Educação 2014-2024 [recurso eletrônico]: Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, **Edições Câmara**, 2014.

COSTA, F. N. do A. O cuidar e o educar na Educação Infantil. In: ANGOTI, Maristela (Org.). **Educação Infantil: para que, para quem e por quê?** Campinas, SP: Editora Alínea, 2010. p. 61-86.

GUIMARÃES, C. M. A história da atenção à criança e da infância no Brasil e o surgimento da creche e da pré-escola. **Revista Linhas**. Florianópolis, v. 18, n. 38, p. 80-142, set./dez. 2017.

KRAMER, S. **Formação de profissionais de educação infantil**: questões e tensões. In: MACHADO, Maria. (org.). In: Encontros e desencontros em Educação Infantil. São Paulo: Editora Cortez, 2002.

KRAMER, S. **Profissionais de Educação Infantil**: gestão e formação. São Paulo: Ática, 2005.

KRAMER, S. **A política de educação pré-escolar no Brasil**: a arte do disfarce, São Paulo: Cortez, 2006.

KRAMER, S. **Educação infantil: enfoques em diálogos**. Campinas, SP: Papyrus, 2011.

KEFTA, A. **Metodologia de Ensino e Educação Infantil**: Algumas Considerações sobre a trajetória da Escola Infantil no Brasil. 2011. Disponível em:< https://www.inesul.edu.br/brinquedoteca/documentos/metodologia_educacao.pdf> Acesso em: 14 set. 2018.

LIMA, R. C.; SÉRGIO, M. C.; SOUZA, A. C. Prática docente do professor da educação infantil: contribuições para o desenvolvimento das crianças. **Revista e-curriculum**, São Paulo, v.8 n.1 ABRIL 2012.

LIRA, A. C. M; SAITO, H. T. I. **Elementos essenciais na prática pedagógica na Educação Infantil e seus desdobramentos**. In – CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, BRASIL. 2011. Disponível em:<http://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/4542_2930.pdf> Acesso em: 16 ago. 2018.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa social: teoria método e criatividade**. 17^a ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

OLIVEIRA, Z. R. **Educação infantil: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2002. (Coleção Docência em Formação)

PASCHOAL, J. D.; MACHADO, M. C. G. A história da educação infantil no Brasil: avanços, retrocessos e desafios dessa modalidade educacional. Revista **HISTEDBR on-line**, Campinas, nº 33, p. 78-95, - ISSN: 1676-2584 mar. 2009.

VIEIRA, M. M. F.; ZOUAIN, D. M. **Pesquisa qualitativa em administração: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

ANEXO - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a) _____

Esta pesquisa é sobre “Educação Infantil: desafios na perspectiva de professores” que está sendo desenvolvida por Patricia Hermania Batista da Silva, estudante do curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba, sob a orientação da Professora Dr^a Ana Luisa Nogueira de Amorim.

O objetivo do estudo é “analisar os principais desafios relatados por professores da Educação Infantil”.

Solicitamos a sua colaboração para a realização da pesquisa respondendo a este questionário, como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos e publicações da área de educação. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo. Informamos que essa pesquisa não oferece riscos previsíveis para a saúde dos envolvidos no estudo.

Esclarecemos que sua participação na pesquisa é voluntária e, portanto, o(a) senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pela Pesquisadora. Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano. A pesquisadora estará à sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido(a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para a publicação dos resultados. Estou ciente que receberei uma cópia desse documento.

Nome completo do (a) participante: _____

Assinatura do (a) Participante da Pesquisa: _____

RG: _____

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor ligar para a pesquisadora responsável:

Patricia Hermania Batista Da Silva- (81) 991395325

APÊNDICES

APÊNDICE A - ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO DA SALA

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE HABILITAÇÕES PEDAGÓGICAS
CURSO: PADAGOGIA

EDUCAÇÃO INFANTIL: desafios na perspectiva de professores

PATRICIA HERMANIA BATISTA DA SILVA

Observação em sala

1. Organização do ambiente

- () A sala é limpa?
- () A sala é iluminada?
- () A sala é ampla?
- () A sala é ventilada
- () A sala possui mesas e cadeiras adequadas a idade?
- () Os murais estão na altura adequada , com boa visibilidade?
- () A sala possui livros indicado para a idade e ao alcance das crianças?
- () Outros- Especificar: _____

2. Rotina

Observar como está estabelecida a rotina da Creche:

- Acolhimento
- Refeições
- Atividades pedagógicas
- Banho
- Sono
- Brincadeiras
- Despedida
- Atividade Planejada
- Atividade livre

3. Relação professor, monitor e crianças.

Especificar:-

-

4. Especificidade da sala

Turma: _____

Nome da professora: _____

Formação: _____

Nome da monitora se houver: _____

Quantidades de alunos na sala: _____

Quantidades de criança com deficiência na sala: _____

Outros- Especificar: _____

APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO DE CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE HABILITAÇÕES PEDAGÓGICAS
CURSO: PADAGOGIA

EDUCAÇÃO INFANTIL: desafios na perspectiva de professores

PATRICIA HERMANIA BATISTA DA SILVA

Questionário de caracterização da Instituição

1. Identificação da Instituição:

Nome:

Endereço:

Gestor:

Tipo de Instituição:

2. Dependências da Instituição:

- ☐ Sala de Direção
- ☐ Sala de Coordenação
- ☐ Sala de atividade
- ☐ Sala de leitura
- ☐ Pátio coberto
- ☐ Pátio descoberto
- ☐ Solário
- ☐ Cozinha
- ☐ Lactário
- ☐ Banheiros para adultos
- ☐ Banheiros para crianças
- ☐ Secretaria
- ☐ Sala de repouso
- ☐ Sala de professores
- ☐ Brinquedoteca
- ☐ sala de vídeo
- ☐ Refeitório
- ☐ Outros- Especificar: _____

3. Equipamentos didáticos- pedagógicos:

- () TV

() Aparelho de DVD

() Aparelho de som

() Projektor

() Computador

() Impressora

() Outros- Especificar:

Especificar:

Turma	Turno	Faixa etária	Nº de crianças
-------	-------	--------------	----------------

- () Gestor _____
- () Vice – gestor _____
- () Secretário _____
- () Professor efetivo _____
- () Professor contratado _____
- () Auxiliar de serviço _____
- () Vigilante _____
- () Monitores _____
- () Berçarista _____
- () Recreador _____
- () Cozinheira _____

() Gestor_____

() Vice – gestor _____

() Secretário _____

() Professor efetivo _____

() Professor contratado _____

() Auxiliar de serviço _____

() Vigilante _____

() Monitores _____

() Berçarista _____

() Recreador _____

() Cozinheira _____

() Outros-Especificar _____

7. Equipe Pedagógica

() Supervisor

() Orientador

() Psicólogo

() Outros- Especificar: _____

8. A Creche possui PPP?

9. A Creche realiza planejamentos Pedagógicos? Como é realizado?

10. O desenvolvimento das crianças é avaliado? Especifique:

APÊNDICE C - QUESTIONÁRIO DOS PROFESSORES

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

EDUCAÇÃO INFANTIL: os desafios na perspectiva de professores de uma Creche
em um município da Paraíba

Estudante: PATRICIA HERMANIA BATISTA DA SILVA

QUESTIONÁRIO

PARTE I – Identificação

Sexo: _____

Idade: _____

Formação: _____

Instituição: _____

Ano de formação: _____

Turma em que Leciona: _____

Tempo de Experiência na Educação Infantil: _____

Vínculo empregatício: () Concurso () Contrato

() Outro. _____

PARTE II – Questões

1- Quais os requisitos necessários para ser professor da Educação Infantil?

2- Em sua opinião o professor da Educação Infantil deve se preocupar com sua formação contínua?

3- Como é a estrutura física da sua instituição? Ela é adequada para suas propostas pedagógicas?

4- Como é sua rotina no trabalho com crianças pequenas?

5- Como você planeja suas atividades?

6- Você considera a brincadeira importante para o desenvolvimento da criança?

7- Quais as dificuldades na sua sala de atividade que interferem em sua prática pedagógica?

8- Quais as dificuldades na instituição que interferem em sua prática pedagógica?

9- Quais as dificuldades no manejo com as crianças pequenas que interferem em sua prática pedagógica?

10- O que pode ser melhorado de modo a contribuir para um melhor desenvolvimento do seu trabalho?

11- Em sua opinião qual a importância da Educação Infantil para o desenvolvimento da criança?

Obrigada pela sua participação!